

Icatu SEGUROS

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, relativas aos exercícios findos ao Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e de 2014 e o respectivo Parecer dos Auditores Independentes. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais mantém sólida posição financeira, inclusive com ativos livres da ordem de R\$ 8.1 milhões. A Sociedade administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e de risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 483/2014. A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais aproveita a oportunidade para agradecer especialmente aos Acionistas pela confiança, à sua equipe de funcionários e aos seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, à SUSEP pelo apoio, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

ATIVO	2014	2013	PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE	15.233	35.887	CIRCULANTE	6.802	28.078
Disponível	105	2.418	Contas a Pagar	72	54
Caixa e Bancos	105	2.418	Obrigações a Pagar	63	46
Aplicações	14.815	32.861	Impostos e Contribuições	9	8
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	—	3	Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	26	93
Operações com Resseguradoras	—	3	Outros Débitos Operacionais	26	93
Outros Créditos Operacionais	279	554	Provisões Técnicas - Seguros	6.699	27.921
Títulos e Créditos a Receber	34	51	Pessoas	6.699	27.921
Créditos Tributários e Previdenciários	34	51	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	5	10
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.709	1.592	Planos Não Bloqueados	5	10
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.645	1.374	NÃO CIRCULANTE	1.553	1.290
Títulos e Créditos a Receber	1.645	1.374	Contas a Pagar	1.553	1.283
Créditos Tributários e Previdenciários	—	18	Outras Contas a Pagar	1.553	1.283
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.645	1.356	Provisões Técnicas - Previdência Complementar	—	7
Investimentos	38	125	Planos Não Bloqueados	—	7
Participações Societárias	38	125	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.587	8.111
Imobilizado	14	49	Capital Social	4.699	3.699
Bens Móveis	8	34	Aumento de Capital em Aprovação	—	1.000
Outras Imobilizações	6	15	Reservas de Capital	16	16
Intangível	12	44	Reservas de Lucros	3.872	3.396
Outros Intangíveis	12	44	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.942	37.479
TOTAL DO ATIVO	16.942	37.479			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2014	2013
Prêmios Emitidos	13.884	27.035
Varição das Provisões Técnicas de Prêmios	(212)	69
Prêmios Ganhos	13.672	27.104
Receita com Emissão de Apólices	805	1.606
Sinistros Ocorridos	(12.018)	(23.660)
Custos de Aquisição	(194)	(388)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(989)	(1.981)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	1.276	2.681
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	7	—
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	7	—
Varição de Outras Provisões Técnicas	1	—
Resultado com Operações de Previdência	8	—
Despesas Administrativas	(644)	(1.279)
Despesas com Tributos	(651)	(654)
Resultado Financeiro	786	554
Resultado Patrimonial	3	3
RESULTADO OPERACIONAL	778	1.305
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	105	—
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	883	1.305
Imposto de Renda	(217)	(303)
Contribuição Social	(190)	(227)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	476	775
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	—	—
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	476	775
Quantidade de Ações	3.316.721	3.316.721
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,14	0,23

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	2014	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS	476	775
Lucro líquido do exercício	476	775
Ajustes para: Depreciação e amortizações	30	14
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(55)	—
Varição nas contas patrimoniais:	(2087)	2.162
Ativos financeiros	18.046	(2.108)
Créditos das operações de seguros e resseguros	3	—
Créditos fiscais e previdenciários	35	374
Depósitos judiciais e fiscais	(289)	(252)
Despesas antecipadas	—	37
Outros ativos	428	(52)
Impostos e contribuições	255	116
Outras contas a pagar	287	42
Débitos de operações com seguros e resseguros	(67)	11
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(21.222)	3.205
Provisões técnicas - previdência complementar	(14)	—
Caixa Gerado pelas Operações	(2.087)	2.162
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	—	3
Impostos sobre o lucro pagos	(254)	(498)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(2.341)	1.667
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	89	—
Recebimento pela venda:		
Investimentos	89	—
Imobilizado e Intangível	—	—
Pagamento pela compra:		
Imobilizado e Intangível	(61)	(18)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Investimento	28	(18)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	—	(8)
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	—	(8)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Financiamento	—	(8)
Aumento (Redução) Líquido(a) de caixa no exercício	(2.313)	1.641
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.418	777
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	105	2.418

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

para não realização, quando aplicável. **4. GESTÃO DE RISCO:** O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1. Responsabilidades pela Gestão de Riscos:** A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. **4.2. Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos:** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. **4.3. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos: Principais riscos associados a instrumentos financeiros:** A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de mercado e Risco de Liquidez. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia. **Risco de Crédito -** O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes dos créditos a emissores privados decorrentes das aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o rating atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de rating é um sistema de mensuração baseado em pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.3, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de rating Standard and Poor's, Fitch e Moody's, sempre considerando a classificação de rating mais conservadora. O gerenciamento de risco de crédito está alocado no rating AAA em R\$ 46 em 31/12/2014 (R\$ 41 em 31/12/2013). **Risco de Mercado -** É o risco de o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no mercado, causadas por fatores advérficos. Fundamentalmente: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de VaR tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda máxima

de negociação. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável:** c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **3.2. Investimentos:** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. A participação em outro investimento permanente refere-se à Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., e está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial está apresentado na Demonstração do Resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". **3.3. Imobilizado:** O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na Demonstração do Resultado. **3.4. Intangível:** O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. **3.5. Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 273/12, alterada pela Resolução CNSP nº 298/13. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.6. Provisões Judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perdas prováveis das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, tribunal e região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. **3.7. Impostos e Contribuições:** **3.7.1. Impostos Correntes:** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. **3.7.2. Impostos Diferidos:** Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento do balanço patrimonial, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão

de negociação. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e (IV) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. c) Redução ao Valor Recuperável: c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. 3.2. Investimentos: A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. A participação em outro investimento permanente refere-se à Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda., e está avaliada pelo método da equivalência patrimonial. O resultado de equivalência patrimonial está apresentado na Demonstração do Resultado sob a rubrica "Resultado Patrimonial". 3.3. Imobilizado: O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes", na Demonstração do Resultado. 3.4. Intangível: O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada. 3.5. Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas: A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 273/12, alterada pela Resolução CNSP nº 298/13. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos aos participantes do consórcio no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. 3.6. Provisões Judiciais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre o provável desfecho dos processos pendentes nas datas dos balanços. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perdas prováveis das contingências cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, tribunal e região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são corrigidos monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis. 3.7. Impostos e Contribuições: 3.7.1. Impostos Correntes: A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%. 3.7.2. Impostos Diferidos: Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento do balanço patrimonial, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão

continuação


VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 42.582.049/0001-40

www.icatuseguros.com.br
Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
Tel: (21) 3824-3900

esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras: A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O *Value at Risk (VaR)* paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e *lambda* de 0,94. (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em um *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia *VaR* paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Riscos (Em Reais)	31/12/2014		31/12/2013			
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI	3,7	1,3	14.815	1,0	1,3	32.861
Total	1,3	14.815	1,3	32.861		

Risco de Liquidez - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. O risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno. As tabelas a seguir apresentam os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativo Financeiro	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e Bancos	105	—	105	2.418	—	2.418
Aplicações	13.083	1.732	14.815	32.861	—	32.861
Créditos das Operações	—	—	—	3	—	3
Títulos e Créditos a Receber	34	1.645	1.679	51	1.374	1.425
Total do Ativo Financeiro	13.222	3.377	16.599	35.333	1.374	36.707

Passivo Financeiro	31/12/2014			31/12/2013		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Provisões Técnicas	6.704	—	6.704	27.931	—	27.938
Contas a pagar	72	1.553	1.625	54	1.283	1.337
Débitos das operações	26	—	26	93	—	93
Total do Passivo Financeiro	6.802	1.553	8.355	28.078	1.290	29.368

Outros riscos corporativos: Risco Operacional - É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia. **Risco Legal e de Compliance** - É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Pode ser: risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos, riscos de fraudes ou risco com órgãos reguladores. Os departamentos jurídico e *Compliance* da Companhia contribuem ativamente através da emissão de pareceres de como evitar riscos legais e de *Compliance* em nossas operações. O processo de gerenciamento dos riscos operacional, legal e *compliance* está desenhado de forma a que os riscos sejam identificados, mensurados, reduzidos, acompanhados e reportados, sendo constituído pelas seguintes etapas: Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos. Mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, médio e baixo) baseado na ponderação entre o impacto x frequência por evento. Redução - Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos. Acompanhamento - A Companhia acompanha a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos a que a Companhia está exposta. Comunicação - Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia. A gestão dos riscos é formalizada e consolidada através da Matriz de Riscos e Controles, que tem como objetivo fornecer uma visão dos riscos aos quais as atividades e negócios da Companhia estão sujeitos e os controles adotados para controlar tais riscos, e através dos registros de eventos e exceções autorizadas, como se segue: **Matrizes de riscos**: permitem à Companhia identificar, avaliar, tratar, controlar, consolidar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. Tais matrizes são periodicamente revisadas, visando sua constante atualização. Nessas matrizes os riscos são identificados e listados por área, juntamente aos controles envolvendo cada evento. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio), informando ainda o tipo de risco. Registros de eventos: Considerados riscos efetivamente materializados e que podem resultar em perdas ou não. Riscos de menor nível de exposição podem ser autorizados através de Relatórios de *Compliance* ou em **Estudo de Risco** relativo a negócios específicos, desde que atendam às necessidades de flexibilização de padrões ou regras de negócios, porém devem acontecer dentro de parâmetros previamente definidos, com políticas internas e devidamente autorizada por quem tenha poderes ou alçada. O registro dos eventos serve para acompanhar a conformidade dos processos e exposição aos riscos a que as atividades cotidianas estão sujeitas, ou mesmo nos quais venham a incorrer, para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que reduzam os respectivos riscos e corrijam as deficiências. Estes procedimentos visam também à documentação e armazenamento de tais informações para formação de banco de dados sobre perdas operacionais. Tais informações permitirão à Companhia adotar abordagens e métodos mais eficazes na gestão do referido risco. No entanto, eventuais perdas constatadas ao longo do processo podem ser observadas e após devidamente registradas, são comunicadas à Área de *Compliance* e Controles Internos da Companhia. **Risco de Subscrição** - A Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela seguradora garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Durante o ano de 2014, a Companhia atuou apenas no seguro DPVAT, que é de contratação obrigatória por parte dos segurados e cujo risco é avaliado exclusivamente pela Seguradora Líder. **5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**: As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos, estão demonstrados na nota 4.3.. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia estão demonstradas a seguir: **5.1. Composição das Aplicações Financeiras:**

Descrição	31/12/2014		31/12/2013	
	Valor Contábil/Valor de Mercado	Taxa média de juros	Valor Contábil/Valor de Mercado	Taxa média de juros
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	13.037	88,00%	32.154	97,85%
Letras Financeiras do Tesouro	1.732	11,69%	—	0,00%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	46	0,31%	41	0,12%
Categoria I - Valor justo por meio de resultado	14.815	100,00%	32.195	97,97%
Letras Financeiras do Tesouro - DPVAT	—	0,00%	666	2,03%
Categoria II - Disponíveis para venda	—	0,00%	666	2,03%
Total no Circulante	14.815	100,00%	32.861	100,00%

As quotas de fundos de investimento estão valorizadas pelos valores das cotas publicamente divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos. A Companhia na definição dos investimentos realizados com vistas à adequação cobertura de seus passivos atuariais revê periodicamente as condições de

mercado para aquisição, venda ou manutenção dos ativos integrantes de sua carteira de ativos em consonância com as estratégias de ALM - *Assets and Liabilities Management*. Neste contexto, frente ao cenário econômico e financeiro atual - de aumento das incertezas e volatilidade, que apresenta riscos e oportunidades em horizontes curtos de tempo, entendemos por oportuno manter os ativos classificados como de curto prazo a fim de manter a prerrogativa de negociá-los dentro do intervalo de 1 ano. Intenção justificada por movimentos recentes e de períodos anteriores. Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção das quotas de fundos, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil/Mercado	Valor	Contábil/Mercado	Valor
Até 1 ano	46	—	—	—
De 1 a 5 anos	163	41	—	—
Acima de 5 anos	1.569	666	—	—
Total	1.778	707	—	—

5.2. Movimentação das Aplicações

	Valor Justo por meio do Resultado		Disponíveis para venda		Total
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo em 31/12/2012	30.137	616	30.753	—	—
Aplicação	10.404	—	10.404	—	—
Resgate	(10.691)	—	(10.691)	—	—
Rentabilidade	2.345	50	2.395	—	—
Saldo em 31/12/2013	32.195	666	32.861	—	—
Aplicação	10.388	—	10.388	—	—
Aplicação em títulos	997	985	1.982	—	—
Resgate	(29.624)	(678)	(30.302)	—	—
Resgate em títulos	(985)	(997)	(1.982)	—	—
Rentabilidade	1.844	24	1.868	—	—
Saldo em 31/12/2014	14.815	—	14.815	—	—

5.3. Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA e pela BM&FBO/ESPA. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que

7. INVESTIMENTOS: O saldo apresentado em 31/12/2014 corresponde à participação que a Companhia possui na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., no montante de R\$ 34, contabilizado ao custo de aquisição (R\$ 124 em 31/12/2013), e na Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda., no montante de R\$ 4, contabilizado pelo método de equivalência patrimonial (R\$ 1 em 31/12/2013). **8. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS**: As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço, registradas no ramo de pessoas (DPVAT). São compostas da seguinte forma:

	31/12/2012		31/12/2013		31/12/2014	
	Juros	Constituição	Reversão	Juros	Constituição	Reversão
Sinistros a liquidar administrativo	1.806	141	588	(170)	2.365	111
Sinistros a liquidar judicial	11.069	743	3.070	(2.000)	12.882	444
Total	12.875	884	3.658	(2.170)	15.247	555
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados	11.510	1.078	6.486	(6.525)	12.549	681
Provisão para Despesas Administrativas	331	15	238	(459)	125	11
Total	24.716	1.977	10.382	(9.154)	27.921	1.247

9. PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: As provisões técnicas de previdência complementar, são classificadas no passivo circulante quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de 12 meses seguintes à data do balanço, ficando as que ultrapassam 12 meses classificadas no passivo não circulante e são compostas da seguinte forma:

	31/12/2013		31/12/2014	
	Saldos em	Amortizações	Saldos em	Amortizações
Benefícios a Regularizar	5	(5)	—	—
Resgates e Outros Valores a Regularizar	5	—	5	—
Total	10	(5)	5	—

10. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	6.704	27.938	—
Letras Financeiras do Tesouro	5	17	—	—
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	6.702	27.933	—	—
Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas	6.707	27.950	—	—
Letras Financeiras do Tesouro	1.727	649	—	—
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB	46	41	—	—
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	6.335	4.221	—	—
Excesso de Ativos vinculados a cobertura de reservas	8.108	4.911	—	—
Total de Aplicações	14.815	32.861	—	—

11. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS: **11.1. Provisões Judiciais**: A Companhia possui processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referente às causas fiscais e cíveis. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências cuja probabilidade de perda foi considerada provável. Em causas fiscais, temos 4 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 2.086 (R\$ 2.010 em 2013). Em causas cíveis, temos 7 processos, sendo 3 processos com probabilidade provável sem valor estimado do risco e 4 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 154 (R\$ 134 em 2013). **11.2. Obrigações Fiscais**: As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica "Outras Contas a Pagar", são compostas como se segue:

	Atualização 31/12/2012		Atualização 31/12/2013		Atualização 31/12/2014	
	Adições Monetária	Adições Monetária	Adições Monetária	Adições Monetária	Adições Monetária	Adições Monetária
Contribuição social	358	82	27	467	56	43
COFINS	502	69	35	606	85	55
PIS	186	12	12	210	14	17
Total	1.046	163	74	1.283	155	115

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais: MS nº200851010280294 - questiona o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, Lei nº 11.727/2008. Perda Possível. Valor atualizado R\$598 (R\$495 em 2013). Decisão de 2ª instância desfavorável. Recurso extraordinário no STF. Mantemos obrigação legal de R\$ 566 (R\$ 467 em 2013), que corresponde à diferença de alíquota (6%) registrada em "Outras contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante. MS nº200551010115038 - pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela RFB e questiona o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, ambos nos termos da Lei nº9.718/98. Perda Possível. O Recurso Especial interposto na ação principal foi inadmitido e está pendente o julgamento do agravo. O Recurso Extraordinário foi sobrestado até que haja o julgamento do paradigma. No STF e STJ. Em 2011 foi necessária a impetração do mandado de segurança nº 201151010033083 para obtenção da CNJ. Decisão favorável transitada em julgado. Estamos aguardando decisão judicial para transferência dos DJs para o MS principal. DJ: Valor atualizado R\$910, sendo R\$785 COFINS e R\$126 PIS (R\$735 sendo R\$633 COFINS e R\$102 PIS em 2013). Mantemos a obrigação de R\$ 121 (R\$ 98 em 2013) e R\$ 746 (R\$ 606 em 2013), referente ao PIS e a COFINS, registrada em "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras. Ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615 - questionam a exigência do PIS, incidentes sobre as receitas operacionais brutas de vários períodos nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Perda Provável. DJ: Valor atualizado R\$135 (R\$126 em 2013). No STF: Mantemos obrigação fiscal de R\$ 120 (R\$ 112 em 2013) registradas em "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante. **11.3. Depósitos Judiciais**. Os depósitos estão classificados no ativo não circulante e são relativos aos processos fiscais R\$ 1.645 (R\$ 1.356 em 31/12/2013). A composição dos depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais que tem características de realização posterior há 12 meses seguinte à data do balanço são registradas no ativo não circulante e são compostas como se segue:

	31/12/2013		Atualização Monetária		31/12/2014	
	Saldos em	Adições	Saldos em	Adições	Saldos em	Adições
Contribuição social	495	58	45	598	—	—
COFINS	633	88	64	785	—	—
PIS	228	14	20	262	—	—
Total	1.356	160	129	1.645	—	—

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: 12.1. **Capital Social**: Em 31/12/2014 e 31/12/2013, o

são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada na nota 5.1.. **6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**: Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Diferido	—	—	148	137
Diferenças Temporárias	—	—	148	137
Contribuição Social Diferida	—	—	89	83
Diferenças Temporárias	—	—	89	83
Provisão Risco s/ Créditos Tributários e Previdenciários	—	—	(237)	(202)
Provisão para Riscos de Créditos	—	—	(237)	(202)
Impostos a Recuperar	34	51	—	—
Imposto de Renda	10	36	—	—
Contribuição Social	—	15	—	—
COFINS	15	—	—	—
PIS	9	—	—	—
Total	34	51	—	18

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 148 e R\$ 89 (R\$ 137 e R\$ 83 em 2013), sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão de estas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, mesmo considerando o histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, que são suficientemente capazes de absorvê-los.

	Diferenças Temporárias	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda/Contribuição Social	—	—
Outras Receitas (Atualização Depósito Judicial)	(395)	(266)
COFINS Exigibilidade Suspensa	746	606
PIS Exigibilidade Suspensa	241	210
Total das Provisões temporárias	592	550
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	148	137
Alíquota aplicada - CSLL - 15%	89	83

A Administração, com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social, propôs a retenção integral dos lucros do exercício. **13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO**:

	31/12/2014		31/12/2013	
--	------------	--	------------	--

continuação


SEGUROS
VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

 www.icatuseguros.com.br
 Praça 22 de Abril, 36 - Cep: 20021-370 - RJ
 Tel: (21) 3824-3900

16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:
 O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	31/12/2014		31/12/2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	882	882	1.305	1.305
Resultado antes dos Impostos	882	882	1.305	1.305
Adições	180	180	319	319
Doações e Patrocínios Indedutíveis	9	9	17	17
Outras Provisões	-	-	174	174
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	171	171	128	128
Exclusões	(134)	(134)	(269)	(269)
Doações e Patrocínios Indedutíveis	(2)	(2)	-	-

Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(129)	(129)	(266)	(266)
Dividendos Recebidos	(3)	(3)	(3)	(3)
Resultado Ajustado	928	928	1.355	1.355
Lucro após as Compensações	928	928	1.355	1.355
Alíquotas Oficiais	15%+	15%+	15%+	15%+
Despesas com IRPJ/CSLL	10%	15%	10%	15%
Incentivos Fiscais	9	-	15	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	(17)	(7)	6	9
Provisão para Riscos sobre Créditos	-	-	(9)	(5)
Atualização Monetária Processo Judicial	-	(43)	-	(27)
Despesas com IRPJ/CSLL	(217)	(189)	(303)	(227)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	24,6%	21,4%	23,2%	17,4%

17. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 312/14, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31/12/2014 da Icatu Seguros S.A..

DIRETORIA: Diretor Presidente - Luciano Snel Corrêa. **Diretores:** José Fiel Faria Loureiro. Mário José Gonzaga Petrelli. Alexandre Petrone Vilardi. Cesar Luiz Salazar Saut. **Contador:** Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/O-5. **Atuário:** Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e aos Administradores da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2014, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas, os demonstrativos do

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais - Rio de Janeiro - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para

capital mínimo e da solvência acima referidos da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2014 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Rio de Janeiro, 24 de Fevereiro de 2015. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48, Rua Dr. Renato Paes de Barros, 33, 01060-970 - São Paulo, SP - Brasil. Joel Garcia - Atuário - MIBA 1131.

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais - Anexo I
Demonstrativos do Parecer dos Atuários Independentes em 31 de dezembro de 2014
 (em milhares de reais)

1. Provisões Técnicas	
Total de provisões técnicas de previdência auditadas	5
Total de provisões técnicas auditadas	5
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	6.699
Total de provisões técnicas	6.704
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	4.000
Capital de Risco (b)	651
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	4.000
3. Demonstrativo da Solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (1)	8.537
Exigência de Capital (CMR) (2)	4.000
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (1 - 2)	4.537
Índice de Liquidez em relação ao Capital Mínimo Requerido (*)	202,70%

(*) O índice de liquidez em relação ao CMR requerido pela Resolução CNSP nº 302/2013 é de 20%.

obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião.** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2015. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0.